

## CONSELHO REGIONAL DO PORTO | ADVOCACIA

Parecer

Processo

50/PP/2014-P

Data do documento

21 de setembro de 2015

Relator

João Martins Costa

### DESCRIPTORIOS

Conflito de interesses

### SUMÁRIO

O sítio tal qual se encontra descrito, não respeita a dignidade do exercício da profissão e a relação do Advogado com o Cliente e viola regras deontológicas essenciais (o dever de diligência na apreciação da consulta, o dever de evitar o conflito de interesses, de verificar a veracidade da identificação do cliente e a proibição de fixação de um valor a priori pela prestação do serviço).

## TEXTO INTEGRAL

### Exposição dos Factos

As Sras. Dras. (...) e (...), respectivamente, titulares das cédulas profissionais n.ºs (...) e (...), dirigiram-se a este Conselho alegando o seguinte:

1. é intenção das requerentes criar um site que “reúna vários Advogados de diversas áreas do direito para que, juntos na internet, possam criar um espaço que ajude a solucionar problemas e a resolver questões de várias natureza”;
2. mais informam que a ideia passa por “criar uma página da internet na qual irão aparecer todas as áreas de actuação e todos os colegas envolvidos, com a respectiva identificação e domicílio profissional, o local físico onde o site é gerido e toda a informação que se considera importante para acreditar o mencionado site”;
3. sendo que a “essência deste pedido passa pelo n.º 2, alínea b) do artigo 89.º do EOA onde se pode ler que ato ilícito de publicidade: «a referência a valores de serviços, gratuidade ou forma de pagamento»”;
4. concluindo que o que se “pretende, efectivamente, é que através de um escritório virtual (o site) se possam prestar serviços jurídicos, tais como consultas, pareceres ou outros, sem que o cliente tenha que se deslocar ao escritório físico”.

Concluíram a solicitar a emissão de “parecer sobre a constituição de um site na modalidade supra mencionada, que possa efectuar consultas on-line”.

Tratando-se inegavelmente de questões de carácter profissional, tem este Conselho Distrital competência para emitir parecer [(alínea f) do n.º 1 do art. 50º do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA)].

Vejamos,

A questão levanta diversos problemas deontológicos e, desde já, adiantamos que a resposta será, necessariamente, negativa.

Seguimos de perto o parecer do Conselho Geral n.º 37/PP/2008-G, ainda que a propósito de uma outra questão, quando refere que:

A actual sociedade de informação e a revolução tecnológica obrigam à necessidade de se repensar o exercício da Advocacia adaptando-os à nova realidade, sem pôr em causa os valores principais da Advocacia.

As novas tecnologias entraram de tal modo nos variados ramos de actividades profissionais que, presentemente, é praticamente impossível imaginar a rotina de alguns profissionais sem o uso de recursos tecnológicos, em especial aqueles possibilitados pela plataforma da Internet.

Sem dúvidas, em relação ao advogado a situação não seria diferente, ou seja, assim como as campanhas de marketing em meios virtuais tem se destacado em relação àquelas realizadas em meios tradicionais, que crescem em velocidade muito superior ao comércio convencional, verificamos que a advocacia encontra situações onde os clientes cada vez mais procuram soluções para seus problemas jurídicos através das ferramentas da Internet, seja através das buscas em sites dos escritórios profissionais, portais de conteúdo jurídico, fóruns de discussões sobre temas jurídicos, entre outros. Desta maneira, agindo com uma exposição demasiada no ambiente da Internet, o advogado poderia ser accionado virtualmente por um cliente que jamais conheceu, mas interessado em seus serviços jurídicos que foram oferecidos indevidamente em diversos canais de comunicação existentes na plataforma da Web. Tal situação não deverá progredir, pois contrária à ética profissional do advogado quanto à captação de cliente.

Os advogados não se podem prestar a consultas on-line, gratuitas ou não, porque tal prática caracteriza mercantilização, captação e desrespeito ao princípio do sigilo profissional. Igualmente, não devem aceitar a inclusão de seus nomes em classificados com características de bolsa de emprego. Os advogados e a advocacia estão acima da competição mercantilista e só à medida que os próprios profissionais e a entidade de classe cuidam de preservar a dignidade que merecem estará à função social do advogado

elevada ao verdadeiro valor de humanismo e cidadania”

Já em 2007, o Conselho Geral no parecer n.º E-03/07 se pronunciou sobre “Serviço de informação e aconselhamento jurídicos em sítio electrónico da Internet”. Nesse parecer se referiu que

A este propósito, deve começar por ser referido que nada obsta a que a prática da consulta jurídica (1) se processe, quando justificado ou conveniente, através de meios electrónicos, nomeadamente com o recurso à Internet ou ao correio electrónico.

No entanto, a prática da advocacia, para que se proceda de acordo com os usos, costumes e tradições da profissão, deve ter por regra o contacto pessoal com o cliente, por regra no escritório do advogado. Só desta forma pode o advogado aperceber-se da verdadeira dimensão e complexidade da questão que lhe é colocada, rodeado por uma estrutura adequada (cfr. artigo 86.º, alínea d), do EOA), e verificar a identidade do seu cliente (cfr. artigo 85.º, n.º 1, alínea c), do EOA). Independentemente da possibilidade de utilização da Internet como meio de transmissão de informações, a forma primacial de comunicação entre o advogado e o seu cliente deve permanecer o contacto directo.

Esta posição deriva do facto de o exercício da advocacia não poder ser encarado como a prestação de um qualquer serviço mercantil. De facto, nunca poderá ser olvidada a inegável função social do advogado e o papel e valores que a sociedade lhe atribui enquanto servidor da Justiça. A dignidade do exercício da profissão de advogado resulta, em larga medida, da dimensão ético-social que a mesma encerra e à qual repugnam objectivos e actuações desmedida ou exclusivamente mercantilistas, como a despersonalização do contacto com o cliente que adviria da vulgarização da prestação de serviços jurídicos apenas com base na Internet”.

Dito isto, analisada a informação disponibilizada, verificamos que o sítio pretendido criar pelas Requerentes não respeita a dignidade do exercício da profissão e as mais basilares regras deontológicas vindas de citar, seja o previsto na alínea h) do artigo 86.º (obrigação de manter um escritório com uma estrutura adequada ao cumprimento dos deveres deontológicos), seja o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 85.º (dever de verificar a identidade do cliente). Além disso, potencia a violação do segredo profissional (além dos Colegas, quem mais terá acesso ao sítio? De que forma é que os Colegas que, aparentemente, não terão todos o mesmo domicílio profissional, conseguirão manter segredo sobre toda a informação, estando a mesma disponível na área reservada do sítio?) Potencia, igualmente, a violação do dever de diligência previsto no artigo 95.º EOA (o Advogado corre o risco de emitir opinião sem ter perfeito e completo conhecimento da situação em causa) e, bem assim, não assegura e salvaguarda o cumprimento do regime de conflito de interesses, artigo 94.º EOA, ao não garantir uma correcta identificação do cliente, potencia que dê aconselhamento jurídico às duas partes de um mesmo litígio.

Sem prejuízo, não obstante nada ser referido expressamente a este propósito, percebe-se que a questão

ínsita à publicidade e ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 89.º se prende, mais, com os honorários – na justa medida em que não havendo qualquer relação pessoal entre Cliente e Advogado, o preço/honorários dos serviços terá que constar do próprio sítio e será um valor fixo, prévio à prestação do serviço.

Ora, a fixação prévia de um valor certo para ser cobrado a título de honorários relativamente a um determinado serviço não é consentânea com os critérios de fixação de honorários estabelecidos no artigo 100.º, n.º 3, do EOA. Com efeito, se os honorários estiverem estabelecidos de forma genérica, abstracta e em momento anterior ao da consulta ao Advogado, não tem em consideração a especificidade do caso em concreto, a importância dos serviços prestados, a dificuldade e urgência do assunto, o grau de criatividade intelectual da sua prestação, o resultado obtido, o tempo despendido, as responsabilidades assumidas e aos demais usos profissionais – tudo critérios a que a fixação de honorários deverá respeitar.

### **CONCLUSÕES:**

O sítio tal qual se encontra descrito, não respeita a dignidade do exercício da profissão e a relação do Advogado com o Cliente e viola regras deontológicas essenciais (o dever de diligência na apreciação da consulta, o dever de evitar o conflito de interesses, de verificar a veracidade da identificação do cliente e a proibição de fixação de um valor a priori pela prestação do serviço).

**Fonte:** Direito em Dia